



Imagens em trânsito

real, imaginário e suspensão da crença

Rogério de Almeida, USP, Brasil <rogerioa@usp.br>

Palavras-chave :

antropologia do imaginário, mobilidade das imagens, real, suspensão da crença.

RESUMO

Com as novas técnicas de reprodução das imagens e a conseqüente ampliação de sua circulação, principalmente pela rede mundial de computadores, somos desafiados a superar o paradoxo apontado por Gilbert Durand, pelo qual, embora vivamos numa civilização repleta de imagens, não superamos o iconoclasmo, ainda as rejeitando filosoficamente, ou ao menos evitando tratar, com raras exceções, dela. Essas imagens podem tanto dar conta da realidade concreta experimentada empiricamente quanto abarcar toda a realidade numa pretensa totalidade, configurando conceitos de conjuntos, como mundo, natureza, realidade etc. Essas imagens são acompanhadas de um sentimento de crença, que opera mais eficazmente quanto mais desagradável se mostrar a realidade, produzindo ilusões. Um modo de desfazer essas ilusões se dá pela suspensão da crença, estratégia similar ao da criação artística em que se exercita o “e se?”, condicional que abre possibilidades de produção de imaginários diferentes daqueles nos quais se crê, o que pode abrir também a possibilidade de adesão ao real concreto. Desse modo, temos de lidar com o fato de que habitamos um mundo imaginário e que as imagens com as quais configuramos a totalidade desse mundo devem ser constantemente postas à prova, por meio da reflexão, o que só se torna viável se suspendermos, ainda que provisoriamente, nossas crenças.

Mundo imaginário

Eu gostaria de começar com uma pergunta provocativa, embora seja bem provável que a resposta que pretendo dar seja mais provocativa que a pergunta em si: Que mundo nós habitamos? Em que mundo nós vivemos? O que significa estar no mundo?

Na perspectiva que quero defender aqui, vivemos num mundo imaginário. E o primeiro problema que surge é definir o que seria esse mundo imaginário. Alguém poderia perguntar apressadamente, embora não sem razão, se não é certo que tudo isso que vemos à nossa volta não está de fato aí, à nossa volta, do modo como o vemos? E eu serei obrigado a concordar, pois parece não haver dúvida de que o que está aí à nossa volta, que nós vemos e tocamos, como a cadeira, a mesa, a parede, o teto etc., pertence a uma experiência concreta e, o que é mais importante, compartilhada. Eu vejo, vocês veem, nós estamos de acordo quanto a isso.

Se reconhecemos o caráter concreto do que está à nossa volta, então podemos tomar como ponto de partida que existe uma realidade, esta que está aqui, em torno de nós. Habitamos, portanto, um espaço e nesse espaço experimentamos a passagem do tempo. Enfim, até aí não há nada de novo. Estamos no domínio do empírico. O elemento complicador é dizer que, em conjunto com esse mundo concreto, vivemos num mundo imaginário. O problema – o que significa dizer que vivemos num mundo imaginário? – começa a se impor justamente quando me ponho a sondar os termos “mundo” e “imaginário”.

Primeiro porque o mundo não existe. Ou melhor, não existe como um todo, pois é sempre experimentado em partes. Este ponto é importante e vou ilustrá-lo com uma passagem do poema de Alberto Caeiro, que também não existiu em carne, osso e pele, mas escreveu belíssimos poemas de uma profundidade filosófica ímpar, como podemos constatar nestes versos de *O Guardador de Rebanhos*:

Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas que não há um todo a que isso pertença,
Que um conjunto real e verdadeiro
É uma doença das nossas ideias.

A Natureza é partes sem um todo.

O todo, o “conjunto real e verdadeiro” é uma “doença das nossas ideias”, ou seja, é um efeito da nossa imaginação. E sabemos com Bachelard e Gilbert Durand (1997) que a imaginação é a faculdade não de formar, mas de deformar imagens. Então, se dissermos que a natureza, ou o mundo, é isso ou aquilo, sendo isso ou aquilo compreendido como um conjunto qualquer, isto é, não como uma ideia ou uma imagem, mas de fato como uma realidade concreta, esta-

remos, no dizer poético de Caeiro, doente das ideias ou, na perspectiva filosófica de Clément Rosset (2008), forjando um duplo do real, incorrendo numa ilusão. Enfim, estamos no domínio do imaginário, como compreendido por Gilbert Durand (1997), em que as imagens e relações de imagens expressam sentidos simbolicamente organizados.

Aqui é preciso alguns esclarecimentos para evitar conclusões apressadas ou, o que seria pior, equivocadas. Não estamos desvalorizando a imaginação, o imaginário ou o domínio do simbólico, mas justamente o contrário. Estamos afirmando, junto com Gilbert Durand (1997) e Jean-Jacques Wunenburger (1991), que a atividade criativa da imaginação organiza o mundo. Não se trata de afirmar, o que seria de fácil compreensão, que os romances e contos literários, a poesia, o cinema ou a História em Quadrinhos formulam ou propõem imagens de mundo imaginárias, porque de fato o fazem e qualquer um de nós pode empiricamente constatar. O que quero enfatizar é que os pensamentos filosóficos, as teorias científicas, as explicações políticas, as interpretações de toda ordem, enfim, que todas essas atividades humanas, ainda que emanadas do domínio da razão, são formulações ou engendramentos da ordem do imaginário.

É por isso que habitamos um mundo imaginário, pois nos deparamos constantemente com formulações que buscam, além de dar conta da realidade concreta – esta feita de partes –, subordiná-la a um outro sentido, o da totalidade, ainda que o conjunto que representa essa totalidade – mundo, natureza, cosmos ou qualquer outro termo equivalente – jamais seja concretamente experimentado. Nenhuma árvore é igual a outra árvore, do mesmo modo que não nos banhamos no mesmo rio.

Entretanto, o que me parece mais misterioso, ou mesmo estranho, não são essas formulações de mundo – na ficção convivemos com elas sem muitos problemas –, mas a crença que as acompanha e as sustenta. Essa crença, da qual tratarei mais adiante, é o que impele a maior parte das pessoas a substituir o real concreto, com o qual podemos lidar, por um duplo ilusório, que embora seja ilusório, e portanto insustentável do ponto de vista real, ainda assim é tomado como referência para o julgamento do que é verdadeiro ou não.

Antes de avançarmos para esse terreno difícil de transitar, quero fazer uma primeira síntese. Assim, *grosso modo*, há duas concepções de mundo que vão mobilizar imaginários muito distintos. A primeira é a que investe numa ideia de totalidade, de conjunto. “O mundo ou a natureza é isso ou aquilo”. A segunda é a que resiste a uma simplificação generalizadora e opta pelo particular, pelo concreto, pelo que é experimentado pelos sentidos, para além das sínteses idealistas. São os montes, vales e planícies descritos por Caeiro, sua verdadeira natureza.

Esses dois caminhos podem ser filosoficamente ilustrados com a passagem do diálogo de Platão (1980) *Hípias Maior* na qual Sócrates indaga sobre o que é o belo. Hípias oferece respostas alternativas, todas elas pontuando ocorrências do belo – uma bela mulher, uma bela paisagem etc. –, mas Sócrates desdenha das partes. Ele quer o todo, o conceito de beleza, uma universalidade que possa ser aplicada a todas as ocorrências do belo. Enfim, não vou

insistir aqui nem ser o juiz destas concepções. Basta retermos esses dois caminhos imaginários com os quais lidar com o real.

Passemos agora à questão da crença.

A Crença

Crer em algo, acreditar, como o próprio nome diz é dar crédito, é portanto uma operação em que, embora eu não tenha, empenho minha crença de que terei. É assim com o crédito financeiro. Se eu não tiver dinheiro e for a um banco, ele me venderá dinheiro, porque, de certo modo, ele acredita que em certo momento futuro terei dinheiro, não só para pagar o que ele me emprestou como também os juros. É verdade que o banco exigirá um mínimo de garantias, que lucrará bastante com isso e que ocasionalmente eu poderei ficar insolvente e ir morar debaixo da ponte, mas aí já é outra história.

O importante a reter é que a crença se estabelece em relação a algo que não se tem presentemente, portanto, exige renovação constante de crédito. Um clube de futebol, por exemplo. O torcedor acredita que, finalmente, este ano seu time ganhará o almejado título. Se não for possível, adiará para o próximo campeonato e seguirá acreditando enquanto o time não tiver o título. Por outro lado, assim que o título for conquistado, assim que a dívida for paga, cessam os créditos e a razão da crença. Aquilo que não tínhamos agora o temos.

Seria ilógico, portanto, dizer que a crença não cessa ou que o objeto da crença é sempre inalcançável. O problema é que em muitos casos é indistinguível o que é possível de se realizar ou não. E também isso pouco importa, pois desde Hume (*apud* Rosset, 1989) sabemos que a crença pode trocar de objetos indefinidamente. Por isso, o homem que crê está mais preocupado em proteger sua crença do que pô-la à prova. Como sentimento, a crença pode se manter ainda que para isso precise trocar de objeto.

Nesse sentido, a crença guarda certa relação com o desejo, mas conquanto o desejo seja abundância (desejamos muitas coisas quase que o tempo todo), a crença é sempre crença em nada (e é crença em nada porque se eu creio ainda não se realizou e se já se realizou então não há mais porque crer). Desse modo, a relação entre desejo e crença é parcial e relativa, pois é possível desejar algo e repudiar esse desejo, reprimindo-o ou sublimando-o, justamente porque não se sabe como ele surge – é um impulso cego, diria Schopenhauer (2001) –, mas não no caso da crença, que surge justamente de um desejo negativo. Reparem que não digo que a crença se origina da negação do desejo, mas do desejo de negação. O que isso significa?

De maneira resumida e esquemática, podemos dizer que o desejo é errático e perigoso; para que se conviva socialmente requer ser constantemente ocultado; é o desejo também que confunde o pensamento e muitas vezes escraviza a própria razão, que fica dando voltas na mente para justificar a realização de certos impulsos, vícios e obsessões. Enfim, o desejo intensifica a

vida, ainda quando quer destruí-la. Com a crença é diferente, pois ela é calculada para proteger a consciência de uma realidade desagradável. Nesse sentido, a crença pode ser inimiga de certos desejos, coibindo-os justamente por conta, por exemplo, de certos princípios nos quais se crê. A questão é interessante e poderíamos passar horas debatendo-a, mas para o que momentaneamente nos interessa, basta que consideremos a crença como um desejo de não.

Vamos tomar alguns exemplos para ilustrar. A começar por um bastante antigo. A crença na imortalidade da alma ou na vida eterna é, antes de qualquer coisa, desejo de não morrer. É a negatividade do desejo que alimentará a crença. Não quero morrer, mas a experiência concreta me diz que isso é impossível, que o corpo morre e apodrece. Logo, encontro um jeito de dividir a vida em corpo e alma e, posto que a alma não é concreta, posso lhe atribuir eternidade. A crença é, portanto, sempre crença em nada, já que a alma não é uma realidade concreta, mas uma ideia. Ou mais propriamente uma “doença das nossas ideias”, como escreveu Alberto Caeiro.

Podemos tomar outro exemplo, este mais divertido e atual, que vem dos terraplanistas, uma comunidade que tem crescido e se espalhado pelo mundo. A cremos no documentário *A Terra é Plana* (2018) produzido pelo Netflix, eles estão no meio de nós, talvez até mesmo neste auditório. Para quem nunca ouviu falar no terraplanismo, o nome diz tudo, é a crença de que o planeta Terra é plano. Para eles, fomos todos enganados com imagens falsas para que acreditássemos que habitamos um globo flutuante e giratório, cujo movimento não podemos sequer perceber. Trata-se de mais uma teoria da conspiração, entre tantas disponíveis nas prateleiras das ilusões.

Em linhas gerais, essas teorias, para além da engenhosidade que tenta sustentá-las, são expressões do desejo de negação. Elvis não morreu, o homem não pisou na lua, as torres gêmeas não caíram por causa dos aviões, mas foram implodidas, os deuses eram astronautas e os extraterrestres estão no meio de nós (eu seria um deles?) – todos esses exemplos, por mais ou menos difundidos ou críveis que possam ser, dão prova desse desejo de negação que sustenta toda crença.

Antes de encerrarmos esta digressão sobre a crença, falta dizer que é mais fácil acreditarmos em teorias que os outros inventaram que em nossas próprias teorias. A este respeito, Montaigne (1987, p. 237) escreve algo belíssimo:

Duvido que Epicuro, Platão e Pitágoras tenham acreditado seriamente em suas teorias dos átomos, das ideias e dos números; eram demasiado sábios e prudentes para crerem em coisas tão pouco assentadas e tão discutíveis. O que na realidade pode assegurar-se é que, dada a obscuridade das coisas do mundo, cada um desses grandes homens procurou encontrar uma imagem luminosa delas.

De maneira geral, há em cada um de nós uma boa dose de ceticismo à disposição, ainda que nem sempre o queiramos usar. Se comumente colocamos em dúvida o que ouvimos – e tenho certeza que muitos me acompanham desconfiados –, por outro lado preferimos

deitar fora a dúvida quando a realidade se mostra adversa, desagradável ou mesmo insuportável. Nessas ocasiões, é sempre possível encontrar alguém que sirva de modelo, que testemunhe sua fé, que manifeste sua crença de tal modo que não se tenha qualquer dúvida, não tanto do objeto da crença, mas da pessoa que crê. É a lógica do mártir. Se ele morreu defendendo sua crença, então era verdade.

Feitas essas exposições, penso que já estamos prontos para sintetizar alguns pontos sobre a crença. Primeiro: quem crê não tem certeza da existência de seu objeto de crença, mas tem certeza de que o outro crê e por isso também crê. Assim, a crença não é necessariamente direta, mas pode vir por empréstimo, como no caso do desejo, em que desejamos justamente o que os outros desejam. Segundo: o esforço de provar a quem crê que o objeto de sua crença inexistente é sempre vão, pois quando uma crença desfaz outra ocupa seu lugar, pois o crente não adere ao objeto da crença, mas a um modo de crer. Por isso ele salta de uma ilusão a outra. O que está na base de sua crença é a negação da realidade que se mostra adversa.

Não sei se essa questão está suficientemente demonstrada. De todo modo, cito de passagem dois contos de Machado de Assis que bem a demonstra. Se peço pela redundância, espero ser redimido pela engenhosidade de nosso escritor maior, que esculpiu duas situações em que se ilustra o *modus operandi* da crença.

Em *O Segredo do Bonzo*, coloca-se à prova uma fórmula enunciada deste modo. Cito: “se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente”. Para testá-la, as personagens realizam algumas experiências, mas nenhuma supera a de Diogo Meireles, que convence uma série de pacientes cujo nariz foi cirurgicamente extirpado que ele havia transplantado um nariz metafísico, o qual as pessoas criam enxergar, de modo que o próprio operado também o cresse. É a realidade das opiniões.

O segundo conto é *A Cartomante*. Os senhores e as senhoras hão de se lembrar que Camilo, após zombar da amante que buscara os conselhos de uma cartomante, termina justamente por se consultar com a própria, temeroso que estava de que o amigo, marido de Rita, houvesse descoberto tudo. Os indícios eram muito fortes, mas ele preferiu acreditar nas palavras apaziguadoras da cartomante. Por causa delas, esqueceu-se da realidade e teve o mesmo fim de Rita, morreu pelas mãos do marido traído. Nesta trama, Machado mostra como Camilo havia internalizado na infância crenças advindas de sua educação materna, como depois, na fase adulta, as esquecera, considerando-as mera superstições, nas quais todavia preferiu crer justamente quando a realidade se mostrou indigesta.

Desse modo, podemos reter, de tudo que foi exposto, que quem crê não quer ter certeza da existência do objeto da crença, mas o contrário, quer se desfazer da realidade desagradável que se mostra presente.

Imagens em trânsito

Esses dois pontos abordados – o imaginário da totalidade e a crença como negação do real –, embora não sejam novos, encontram hoje um novo dispositivo para, imbricados, proliferarem de maneira única. Trata-se da rede mundial de computadores, a internet e, mais especificamente, do trânsito de imagens que ela proporciona. De um lado, a internet torna virtualmente possível que qualquer imagem pontual da realidade seja tomada pela totalidade do real.

Eu poderia listar aqui infindáveis exemplos. No carnaval deste ano, para escolher um recente, uma mensagem de *twitter* do presidente da república do Brasil ganhou repercussão ao associar um tipo muito específico de fetiche sexual aos blocos de rua, como se fosse uma prática disseminada. O ato ou a performance dizia respeito a uma realidade concreta, mas foi recortada do contexto para representar a totalidade do carnaval, difundida para milhões de pessoas, não só no Brasil como no mundo. A imagem diz pouco, o modo como foi manipulada e a pessoa que a manipulou é o problema. A campanha presidencial de Donald Trump nos EUA, como depois a que ocorreu no Brasil, se valeu insistentemente dessa estratégia de manipulação de imagens, tornando-as representação de uma pretensa totalidade do real. O Brexit seguiu o mesmo caminho. O cotidiano é farto de exemplos. As próprias teorias da conspiração se enquadram nesse modelo.

Entretanto, se certas teorias científicas, filosóficas, sociológicas etc. buscam dar uma ideia de conjunto, resvalar em alguma universalidade, mais ou menos verificável dentro de modelos metodológicos, garantindo assim a margem de dúvida que separa a produção de conhecimento científico das demais formas de conhecimento, o que assistimos com as inovações tecnológicas recentes é de outra ordem. Se a palavra escrita, com a qual convivemos cotidianamente desde a prensa de Gutemberg – tecnologia que revolucionou os modos de circulação do conhecimento –, necessita de anos de estudo para seu domínio e se inicia por volta dos 6 anos de idade, com a cultura do audiovisual, qualquer um pode “ler” a imagem em pouquíssimos segundos, o que muitas vezes dispensa a reflexão. E é esse o grande desafio que os dias que correm nos impõem. Porque, como já havia alertado Gilbert Durand (1998), em seu livrinho *O Imaginário*, publicado na década de 1990, há um paradoxo em nossa civilização, que é o de ter desenvolvido técnicas de reprodução e circulação de imagens, mantendo por outro lado uma filosofia iconoclasta, de desconfiança das imagens. O hoje esse problema se agravou, porque a circulação dessas imagens é mais intensa.

Não temos tempo de avançar mais que isso – infelizmente, porque haveria muito a especular sobre o tema –, mas é provável que estejamos vivendo algo parecido com o que aconteceu com a disseminação da palavra escrita, principalmente na forma consagrada do jornal, da revista e do livro. No início da modernidade, a desconfiança era grande, como o é agora com as tecnologias atuais. Se de fato estivermos substituindo a palavra escrita pela linguagem audiovisual, uma nova forma de circulação de ideias ganhará cada vez mais relevo, impactando por sua vez nos modos como produzimos os conhecimentos e as ilusões, as verdades e as crenças.

Não me parece, por outro lado, que haja nesse processo qualquer sinal de progresso ou, ao contrário, de decadência, de evolução ou involução da moralidade. Tais meios de circulação da informação serão sempre usados para fins muito diversos, de acordo com os interesses de quem os manipula. Mas o privilégio de estamos justamente num ponto de virada da história humana – e não foram tantos assim – nos desafia justamente a tentar compreendê-la. E a antropologia do imaginário, justamente por buscar a convergência de hermenêuticas e estar aberta ao diálogo com outras teorias, me parece bastante adequada, porque consegue costurar a realidade vivida, concreta, essa feita de partes, com a realidade imaginada, abstrata, concebida como todo. Seu desafio, portanto, é o de reverter o aspecto iconoclasta da nossa civilização, injetando reflexão nos modos de pensar a imagem, para que ela não seja tomada como mera representação da realidade.

Assim, para alguém realista como eu, não há como compreender o real sem investigar as mediações do imaginário, pois é justamente o imaginário que organiza o real. Assim, o que se opõe ao real não é o imaginário, mas a ilusão (Rosset, 2008). É verdade que o imaginário abarca tanto o real quanto a ilusão, mas se minha hipótese não estiver equivocada, dispomos de recursos para distingui-los. E que recursos seriam esses?

Venho formulando ao longo dos anos o que chamo de pedagogia da escolha, por meio da qual exercitamos hermeneuticamente a leitura de proposições de mundo, principalmente as originadas pela literatura e pelo cinema, mas também pela cultura, de maneira mais ampla. São essas experiências de interpretação do mundo que compactuam com nossos itinerários de formação, ou seja, não somos formados apenas pelos bancos escolares, mas principalmente no embate com o mundo, pela convivência com as pessoas que estão ao nosso redor, pelo modo como aderimos ou rejeitamos certos imaginários.

Um dos processos valorizados pela pedagogia da escolha, e que tem a ver diretamente com esta comunicação, é a suspensão da crença. Observem bem que não digo eliminação da crença, o que de resto me parece pouco viável, mas suspensão, que é o movimento de, temporariamente, deixar de crer para então avaliar outras possibilidades. É o famoso: “e se?”

Esse movimento, de suspender a crença para imaginar como seria se não fosse como se crê ser, é o que faz comumente a arte. É por isso que a imagem e o imaginário não são a presentificação mental de um objeto ausente, já que podemos justamente conceber realidades não experimentadas, as quais, todavia, poderão se tornar reais. É imaginando o real que, de certo modo, o fabricamos. Por isso a minha insistência inicial em distinguir dois tipos de imaginário. Pois aquele que se refere ao todo, ao conjunto, estará sempre mais distante de se tornar real, embora seja mais fácil de ser concebido, enquanto o imaginário das partes, com o qual posso contribuir produzindo realidade, exigirá de mim uma adesão nem sempre fácil, pois para ser experimentada e afirmada requer que não fuçamos do aspecto desagradável dessa realidade.

A suspensão da crença é destarte um modo de nos aproximarmos do real, pois certamente teremos de confrontar a negatividade de nossos desejos. Porque, se o real sempre impõe dificul-

dades quando tentamos conceituá-lo, podemos, por outro lado, chegar ao real pelo seu avesso, isto é, identificando as ilusões e o modo como mobilizam nossas crenças e obstruem o olhar direto para o que há de desagradável no real. Se de fato for assim então poderemos aprovar o real, a começar por essa realidade concreta das coisas mais próximas, este mundo-aqui que imaginariamente habitamos.

Referências

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Trad. de Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PLATÃO. *Hípias Maior*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1980.

ROSSET, Clément. *A lógica do Pior: elementos para uma filosofia trágica*. Trad. de Fernando J. F. Ribeiro e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ROSSET, Clément. *O Real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão*. Trad. de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Trad. de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TERRA é plana, A. Direção: Daniel J. Clark. Delta-v Productions / Netflix, 2018.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *L'Imagination*. Paris: PUF, 1991

